



REFLEXÕES SOBRE SAÚDE PÚBLICA: SAÚDE MENTAL E O PERÍODO PÓS PANDEMIA

REFLECTIONS ON PUBLIC HEALTH: MENTAL HEALTH AND THE POST-PANDEMIC PERIOD

REFLEXIONES SOBRE SALUD PÚBLICA: SALUD MENTAL Y EL PERÍODO POST-PANDEMIA

Aline Manuelle da Silva Gonzaga¹, Jheinyffer Gonçalves Carvalho², Jadher Lacerda Lima², Matheus da Costa Pereira³, Melany Marques Beserra², Virna Gurjão Melo de Lemos³, Adilson Júnior Tôrres Leonel⁴, André Luiz Costa²

e493929

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i9.3929>

PUBLICADO: 09/2023

RESUMO

A pandemia instaurada pelo coronavírus, é uma das maiores emergências em saúde pública vivenciada pela humanidade neste século. Desse modo, a saúde física e mental, vem trazendo preocupações quanto ao sofrimento experimentado pelas crianças e adolescentes durante a pandemia. O objetivo deste artigo é sistematizar conhecimentos a respeito dos direitos à saúde mental das crianças e adolescentes, propagar informações e fomentar a discussão sobre o tema. Assim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica documental, além da revisão da literatura técnico-científica, buscando artigos originais em plataformas de pesquisas eletrônicas, como Scielo e Google Acadêmico, com o intuito de condensar os estudos ligados ao tema da saúde mental das crianças e dos adolescentes. Apresentam-se que a atenção em saúde mental para crianças e adolescentes são escassas e se concentram apenas nas capitais e metrópoles, carecendo de fortalecimento da rede de atenção à saúde mental, bem como estruturação das cidades de pequeno porte, visando atender de forma integral à demanda das crianças e adolescentes. Por fim, considerando as peculiaridades mentais de cada criança e adolescente e dos profissionais de saúde, colocou-se o presente tema em evidência a fim de levantar discussões nos mais diversos cenários de debates, sejam eles políticos e/ou acadêmicos, discutindo-se os desafios para a prática dos psicólogos no contexto de saúde pública no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental. Pandemia. Saúde pública.

ABSTRACT

The coronavirus pandemic is one of the greatest public health emergencies experienced by humanity in this century. In this way, physical and mental health have been raising concerns about the suffering experienced by children and adolescents during the pandemic. The objective of this article is to systematize knowledge about the mental health rights of children and adolescents, to disseminate information and to foster discussion on the topic. Thus, a documentary bibliographic research was carried out, in addition to the review of technical-scientific literature, searching for original articles on electronic research platforms, such as Scielo and Google Scholar, in order to condense the studies related to the theme of mental health of children and adolescents. It is presented that mental health care for children and adolescents is scarce and concentrated only in capitals and metropolises, lacking the strengthening of the mental health care network, as well as structuring of small cities, aiming to fully meet the demand of children and adolescents. Finally, considering the mental peculiarities of each child and adolescent and of health professionals, this theme was highlighted in order to raise discussions in the most diverse scenarios of debates, whether political and/or academic, discussing the challenges for the practice of psychologists in the context of public health in Brazil.

KEYWORDS: Mental health. Pandemic. Public health.

¹ Universidade metropolitana de Manaus - FAMETRO.

² Universidade Nilton Lins.

³ Centro Universitário Fametro.

⁴ Universidade Estadual do Amazonas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFLEXÕES SOBRE SAÚDE PÚBLICA: SAÚDE MENTAL E O PERÍODO PÓS PANDEMIA
Aline Manuelle da Silva Gonzaga, Jheinyffer Gonçalves Carvalho, Jader Lacerda Lima, Matheus da Costa Pereira,
Melany Marques Beserra, Virna Gurjão Melo de Lemos, Adilson Júnior Tórres Leonel, André Luiz Costa

RESUMEN

La pandemia de coronavirus es una de las mayores emergencias de salud pública experimentadas por la humanidad en este siglo. Por lo tanto, la salud física y mental ha suscitado preocupación por el sufrimiento experimentado por los niños y adolescentes durante la pandemia. El objetivo de este artículo es sistematizar el conocimiento sobre los derechos de salud mental de los niños, niñas y adolescentes, difundir información y fomentar la discusión sobre el tema. Así, se realizó una investigación bibliográfica documental, además de la revisión de la literatura técnico-científica, buscando artículos originales en plataformas electrónicas de investigación, como Scielo y Google Scholar, con el fin de condensar los estudios relacionados con el tema de salud mental de niños y adolescentes. Se presenta que la atención de salud mental para niños y adolescentes es escasa y se concentra sólo en las capitales y metrópolis, careciendo del fortalecimiento de la red de atención de salud mental, así como de la estructuración de pequeñas ciudades, con el objetivo de satisfacer plenamente la demanda de niños y adolescentes. Finalmente, considerando las peculiaridades mentales de cada niño y adolescente y de los profesionales de la salud, el presente tema fue destacado con el fin de suscitar discusiones en los más diversos escenarios de debates, ya sean políticos y/o académicos, discutiendo los desafíos para la práctica de los psicólogos en el contexto de la salud pública en Brasil.

PALABRAS CLAVE: Salud mental. Pandemia. Salud pública.

1. INTRODUÇÃO

As políticas de saúde mental das crianças e adolescentes surgiram a partir do controle Estatal sobre esses indivíduos e a estruturação de um modelo de assistência focado na institucionalização, com o intuito de assegurar a proteção social.

Dessa forma, na década de 1920, surgiu no Brasil o movimento de defesa das crianças e dos adolescentes, resultando na positivação da primeira legislação com o tema da assistência e proteção a crianças e adolescentes, reconhecendo a situação de pobreza e vulnerabilidade determinante para o aparecimento de “jovens marginais” e “crianças abandonadas”.

Logo, esse modelo centrado na institucionalização, propiciou o aparecimento de diversas instituições de caráter filantrópico, construídas sob o prisma do controle e da proteção, em face do atendimento das necessidades das crianças e dos adolescentes que, muitas vezes, não possuíam famílias ou laços fortes de afeto.

Dentre as legislações que marcaram momentos históricos e proporcionaram relevantes contribuições jurídicas e sociais da infância e da adolescência, estão: o Código Mello Mattos, de 1927; o Código de Menores, de 1979; e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que é a legislação atualmente vigente.

Vale destacar que o Brasil é signatário de tratados e convenções sobre direitos humanos, inclusive com o reconhecimento no texto constitucional e promulgação da Convenção dos Direitos da Criança (1989) pelo Decreto nº 99.710, de 21/11/1990.

Nessa senda, esses direitos reconhecidos pelo texto constitucional foram reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), considerando a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e como pessoas em condição especiais de desenvolvimento, orientado pela premissa da proteção integral.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFLEXÕES SOBRE SAÚDE PÚBLICA: SAÚDE MENTAL E O PERÍODO PÓS PANDEMIA
Aline Manuelle da Silva Gonzaga, Jheinyffer Gonçalves Carvalho, Jadher Lacerda Lima, Matheus da Costa Pereira,
Melany Marques Beserra, Virna Gurjão Melo de Lemos, Adilson Júnior Tôres Leonel, André Luiz Costa

Por conseguinte, ante a necessidade de debater sobre esse tema, atual e relevante, é que foram analisados artigos originais disponíveis em plataformas de dados eletrônicos, como Scielo, e Google Acadêmico, bem como documentos de organismos nacionais e internacionais, recomendações e portarias oficiais, a fim de obter, por meio de uma pesquisa bibliográfica documental, as condicionantes de saúde e sociais que podem interferir na saúde mental das crianças e adolescentes. Os descritores em Ciências em Saúde (DeCs): saúde mental, pandemia, saúde pública.

2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES: SAÚDE MENTAL

Ao longo dos tempos, o conceito e compreensão da infância e adolescência se modifica, de acordo com cada recorte temporal. No Brasil, tem-se confirmado um número considerável, por meio de dados, de transtornos mentais em crianças e adolescentes.

A reforma psiquiátrica ocorrida no Brasil nos últimos vinte anos, demonstra a necessidade de constituir uma rede de serviços alternativos à internação, de caráter aberto e inclusivo, a exemplo das residências terapêuticas.

Além disso, a internação como medida mais gravosa, deve ser transitória e subsistir apenas pelo tempo necessário, depois de avaliação médica, indicando a impossibilidade de utilização de outras alternativas terapêuticas previstas na rede de atenção à saúde.

Santos (2006), Hoffmann, Santos e Mota (2008) indicam uma escassez de serviços na assistência em saúde mental infanto-juvenil, de maneira que há maior incidência para atendimento ao público adulto.

No entanto, o acompanhamento dos menores com possíveis transtornos mentais devem ser realizados tão logo que possível, em especial, ainda na juventude, visando a coibir sequelas e, principalmente, tentar curar integralmente a saúde mental dessas crianças e adolescentes.

No geral, o país se mantém à margem dos serviços de saúde mental, que são ofertados de forma integral apenas nas capitais e grandes metrópoles, indicando que no interior dos estados há uma escassez de serviços na assistência em saúde mental infanto-juvenil (Ronchi; Avellar, 2010).

Guerra (2005) ressalta, como um dos desafios na assistência em saúde mental infanto-juvenil, traçar discussões entre diferentes saberes que perpassam as crianças e os jovens, uma vez que estão diluídos por diferentes áreas, como pedagogia, psicologia e medicina, priorizando a construção e a reconstrução de projetos de vida. De acordo com Guerra (2005, p. 141):

[...] pensar em proposta no âmbito das políticas públicas para assistência a crianças e adolescentes com transtornos graves implica, no mínimo, em reescrever a história da assistência a partir de novos princípios éticos e políticos.

Logo, torna-se essencial considerar os direitos das crianças e adolescentes como cidadãos e suas especificidades de atendimento, desconsideradas historicamente.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFLEXÕES SOBRE SAÚDE PÚBLICA: SAÚDE MENTAL E O PERÍODO PÓS PANDEMIA
Aline Manuelle da Silva Gonzaga, Jheinyffer Gonçalves Carvalho, Jadher Lacerda Lima, Matheus da Costa Pereira,
Melany Marques Beserra, Virna Gurjão Melo de Lemos, Adilson Júnior Tôres Leonel, André Luiz Costa

Em consonância com a Portaria nº 336/2002, com base na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (Capsi), ligado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e pertencente à gestão municipal, constituiu-se como um ambulatório diário para crianças e adolescentes com transtornos mentais graves (Ronchi; Avellar, 2010), amoldando o seu atendimento de acordo com o local em que está inserido, e visando a ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos (Ministério da Saúde, 2009a).

3. IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DEVIDO À PANDEMIA INSTAURADA PELA COVID-19

Os estudos sobre as consequências e impactos proporcionados pela restrição social causada pela pandemia ainda são escassos, em especial por ter relação com um fenômeno recente, que ainda está assolando o mundo e tem despertado o interesse e os olhos de grande parte da toda produção intelectual dos países e organizações nacionais e internacionais.

A celeridade da disseminação e propagação do vírus pelo mundo, as dúvidas quanto às medidas de controle e prevenção da doença, a seriedade e a capacitação junto a uma política de gestão efetiva no combate a COVID-19, bem como a imprevisibilidade acerca do tempo de duração e dos possíveis desdobramentos da pandemia vêm gerando riscos à saúde mental de toda a população.

Além disso, são diversas as consequências deixadas pela pandemia, devido à propagação de mitos e informações inverídicas sobre a infecção e medidas de prevenção e combate, como também houve grandes dificuldades de compreensão das autoridades máximas à frente do povo das medidas de prevenção à época (Almeida *et al.*, 2023).

Nessa senda, todos os atos do Poder Público devem ser transparentes, informando com eficiência a toda população o caminho das pesquisas, os dados e estatísticas levantados e os riscos e benefícios das medidas de prevenção e tratamento.

No que tange a transparência, a pandemia da COVID-19 exigiu de forma cogente dos entes Federados, controle e poder de decisão na atuação contra as informações inverídicas, que tornaram a situação enfrentada ainda mais caótica (Brasil, 2020).

Nesse tocante, é necessário recomendar à sociedade o uso responsável da mídia e indicar veículos idôneos de acesso à informação, tornando cada mais transparentes os atos e medidas governamentais, deixando todos conscientes do que está acontecendo no país de fato e como cada um deve proceder, com base na ciência, em estudos e pesquisas.

Dessa mesma forma, medida necessária é a divulgação de informações sobre o cuidado com a saúde mental das crianças e dos adolescentes, em atenção ao momento pós pandemia enfrentado pela humanidade e a preservação da saúde das futuras gerações (ASSIS, 2021).

Destarte, a pandemia propiciou a formação de uma rede solidária, gerando empatia e colaboração de muitos que, lado outro, enfrentaram uma reposta controversa de líderes executivos e gestores públicos, gerando medo, desconfiança, descredito e maiores incertezas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFLEXÕES SOBRE SAÚDE PÚBLICA: SAÚDE MENTAL E O PERÍODO PÓS PANDEMIA
Aline Manuelle da Silva Gonzaga, Jheinyffer Gonçalves Carvalho, Jader Lacerda Lima, Matheus da Costa Pereira,
Melany Marques Beserra, Virna Gurjão Melo de Lemos, Adilson Júnior Tórres Leonel, André Luiz Costa

Foi verificado ainda, o crescimento do movimento antivacinas e antitravamentos, um exemplo do então chamado efeito Dunning-Kruger, que possui o nome de seus idealizadores, David Dunning e Justin Kruger. Eles demonstraram com provas científicas, que pessoas com pouco ou nenhum domínio sobre um assunto, possuem a tendência de achar que possuem mais conhecimento e sabem mais do que os especialistas no assunto. Essas pessoas seriam as donas da verdade, quando de fato estão longe disso, representam perigo à pátria, à democracia e à saúde e vida das pessoas (Faro *et al.*, 2020).

Por isso, a propagação e difusão de pesquisas e dados científicos contribui para uma sociedade informada, consciente e permite o tratamento prévio de problemas de saúde, sejam eles físicos ou mentais.

Insta dizer que estudos realizados até o momento revelam que os impactos na saúde mental em razão da pandemia estão desde o aparecimento de sintomas de ansiedade e estresse até casos moderados e graves de depressão, fato que é agravado por *fakenews*, pronunciamentos infundados, sem base científica e recomendações contra a ciência.

Devido a mudanças na rotina e nas relações interpessoais entre os grupos de convívio, causadas pela pandemia, é que o impacto na saúde mental e no bem-estar psicológico se intensifica, em razão dos desgastes pelo aumento do convívio, das tarefas domésticas, do medo, de índices de violência doméstica e traumas e pela ausência de previsão do tempo de duração dessa situação. Esse impacto é ainda maior nas crianças e nos adolescentes.

Nessa toada, alguns indicadores sociais são essenciais para demonstrar o contexto social da população brasileira, que contribui para entender os efeitos e reações da sociedade em razão da pandemia, constituindo dificuldades para adotar as estratégias e medidas de prevenção impostas, especialmente quando se trata de vulnerabilidade econômica, onde a população com uma menor renda está muito mais suscetível à infecção pelo vírus, a dificuldade para manter sua subsistência, ao sofrimento psíquico e à dificuldade de acesso à saúde.

Assim, é importante discutir os impactos das restrições sociais, em especial o isolamento social na saúde mental, sendo necessário ressaltar os marcadores de gênero, raça e classe social e a repercussão desses fatores nas diferentes camadas sociais da população, que ficam totalmente a margem de prescrições e normativas de saúde mental inaplicáveis em seu meio social (Reis *et al.* 2020).

Essa nova onda pandêmica, desta vez voltada para a saúde mental, proporcionada pelo impacto emocional das perdas familiares, luto, sentimento contínuo de medo, instabilidade no trabalho, ausência de socialização, além de crises domésticas, aumentou exponencialmente o estresse e sofrimento psíquico dos brasileiros.

No que tange à prevalência de transtornos mentais comuns, estudos demonstram que condições de saúde e variáveis socioeconômicas e demográficas possuem relação direta e significativa com o transtorno, de modo que, a camada mais vulnerável da população, a exemplo de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFLEXÕES SOBRE SAÚDE PÚBLICA: SAÚDE MENTAL E O PERÍODO PÓS PANDEMIA
Aline Manuelle da Silva Gonzaga, Jheinyffer Gonçalves Carvalho, Jader Lacerda Lima, Matheus da Costa Pereira,
Melany Marques Beserra, Virna Gurjão Melo de Lemos, Adilson Júnior Tórres Leonel, André Luiz Costa

mulheres, idosos, desempregados, portadores de doenças crônicas, entre outros, apresentam maiores riscos de serem surpreendidas por problemas psíquicos (Ronchi *et al.*, 2020).

Ressalte-se um outro fato considerável que tem contribuído para o aumento do descontrole emocional durante a experiência de distanciamento social, que é o uso indiscriminado de álcool e drogas, manifestando preocupação até mesmo da OMS, que orientou os países a limitarem a venda e distribuição de bebidas alcoólicas (MS, 2020).

De todo modo, requer-se cuidado redobrado com os indicadores de adoecimento psíquico durante a imposição das medidas de isolamento social, sendo que o diagnóstico constitui uma linha tênue entre a terapia e tratamento, junto com a mudança de hábitos e estilo de vida e o agravamento da situação, culminado em consequências graves (Ronchi *et al.*, 2020).

Destarte, as crianças e adolescentes sofreram grandes impactos na saúde mental devido a pandemia causada pela COVID-19, merecendo um olhar especial e fortalecimento da rede, visando a estruturação do atendimento dessa parcela da população (Reis *et al.*, 2020).

Por fim, esse sofrimento psíquico enfrentado, advindo de medidas restritivas impostas pela atual pandemia vivenciada pelo mundo, deve ser diagnosticado e patologizado de acordo com a situação real enfrentada pelo paciente, não podendo ser confundida com um processo de adoecimento comum, sem as agravantes pandêmicas. Desse modo, requer-se maior preparo dos profissionais de saúde e medidas preventivas aptas a conscientizar e indicar o melhor protocolo a ser seguido por todos aqueles que nesse momento delicado da existência humana, passam por dificuldades para manter a mente saudável.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, em se tratando da restrição social, foram colocados em discussão pontos importantes envolvendo ética, normas legais, saúde coletiva e até mesmo a economia. Não obstante, as medidas clássicas de saúde pública ainda são o mais recomendado, mesmo podendo ser interpretada por muitos, no que diz respeito à saúde mental individual, como algo prejudicial.

Nessa senda, à baila do aludido, a saúde não pode considerar apenas parâmetros sanitários, sendo importante a análise profunda das camadas sociais, levando em consideração o papel das políticas públicas e de fatores socioeconômicos e demográficos.

Ainda é importante mencionar que, diante da escassez de trabalhos que tratam da assistência em saúde mental para crianças e adolescentes, esse trabalho visa fomentar a discussão sobre o tema e gerar conhecimento sobre a assistência no campo da saúde mental infanto-juvenil, agregando informação aos poucos estudos existentes na área.

Por fim, insta dizer que a pandemia instaurada pela COVID-19, além de afastar as pessoas do convívio social, também ocasionou aumento agravante do estado psíquico, com a mudança de hábitos, restrições nos ritos religiosos, existência do medo constante e incerteza do futuro, aumentando o consumo de álcool e drogas que podem caracterizar, outros estados patológicos.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFLEXÕES SOBRE SAÚDE PÚBLICA: SAÚDE MENTAL E O PERÍODO PÓS PANDEMIA
Aline Manuelle da Silva Gonzaga, Jheinyffer Gonçalves Carvalho, Jader Lacerda Lima, Matheus da Costa Pereira,
Melany Marques Beserra, Virna Gurjão Melo de Lemos, Adilson Júnior Tôres Leonel, André Luiz Costa

Ainda, insta dizer que são diversas as variantes as serem consideradas no que diz respeito às consequências da pandemia, sendo primordial considerar os diversos aspectos envolvidos no que diz respeito à saúde mental, a fim de elaborar medidas para contenção dessa possível epidemia paralela.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wanessa da Silva de et al. Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Epidemiologia** [online], v. 23, p. e200105, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200105>.

ANDERSEN, R. M.; NEWMAN, J. F. Societal and individual determinants of medical care utilization in the United States. **Milbank Mem Fund Q**, v. 51, n. 1, p. 95-124, 1973.

ASSIS, Marluce Maria Araújo; JESUS, Washington Luiz Abreu. Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 17, n. 11, nov. 2012. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2012.v17n11/2865-2875/#ModalArticles>. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Brasil confirma primeiro caso da doença**. Brasília: MS, 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Prevenção ao covid-19 no âmbito das equipes de consultórios na rua**. Brasília: Secretaria de atenção primária à saúde; 2020. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/Consultorios_ rua_APS_20200319_ver001.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência. **Protocolo de manejo clínico da COVID-19 na Atenção Especializada**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. 48 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manejo_clinico_covid-19_atencao_especializada.pdf

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ. **Nota técnica CRP-PR nº 001/2020**. Orienta a(o) Psicóloga(o) sobre o atendimento psicológico nas políticas públicas e instituições privadas, diante da pandemia do COVID-19. Curitiba: CRP-PR, 2020.

ESTRELA, Fernanda Matheus et al. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 25, n. 9, p. 3431-3436. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.14052020>.

FARO, André et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estud. psicol.**, (Campinas), Campinas, v. 37, e200074, 2020. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100507&lng=en&nrm=iso.

FIORAVANTI, C. **Semelhanças Entre A Gripe Espanhola e a Covid-19**: Pandemia Do Início do século XX e a atual levaram à valorização do sistema público de saúde. São Paulo: Pesquisa FAPESP, s. d.

FLEURY S. **Saúde e democracia**: a luta do CEBES. São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Monitora COVID-19** [Internet]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2020. Disponível em: <https://bigdata-covid19.iciet.fiocruz.br/>. Acessado em: 21 abr. 2021.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFLEXÕES SOBRE SAÚDE PÚBLICA: SAÚDE MENTAL E O PERÍODO PÓS PANDEMIA
Aline Manuelle da Silva Gonzaga, Jheinyffer Gonçalves Carvalho, Jader Lacerda Lima, Matheus da Costa Pereira,
Melany Marques Beserra, Virna Gurjão Melo de Lemos, Adilson Júnior Tórres Leonel, André Luiz Costa

GARRIDO, Rodrigo Grazinoli; RODRIGUES, Rafael Coelho. Restrição de contato social e saúde mental na pandemia: possíveis impactos das condicionantes sociais. **J. Health Biol Sci.**, v. 8, n. 1, p. 1-9, 2020. Doi: 10.12662/2317-3325jhbs.v8i1.3325.p1-9.2020

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). (2020c). **Portaria Nº 454, de 20 de março de 2020**. Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19). Diário Oficial da União. Brasília: Ministério da Saúde, 2020c. Recuperado de: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). **Plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo Coronavírus 2019-nCoV**: centro de operações de emergências em saúde pública (COE-nCoV). Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Recuperado de: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/07/planocontingencia-coronavirus-preliminar.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). **Saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19**: um guia para gestores. Rio de Janeiro: Fiocruz: 2020b. Recuperado de: <http://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%c3%bade-Mental-e-Aten%c3%a7%c3%a3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomenda%c3%a7%c3%b5es-para-gestores.pdf>.

REIS, R. F.; QUINTELA, B. M.; CAMPOS, J. O.; GOMES, J. M.; ROCHA, B. M.; LOBOSCO, M. *et al.* Characterization of the COVID-19 pandemic and the impact of uncertainties, mitigation strategies, and underreporting of cases in South Korea, Italy, and Brazil. **Chaos Solitons Fractals**, v. 136, p. 109888, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.chaos.2020.109888>

RONCHI, Juliana Peterle; AVELLAR, Luziane Zacché. Saúde mental da criança e do adolescente: a experiência do Capsi da cidade de Vitória-ES. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 71-84, 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 ago. 2023.

SCHMIDT, Beatriz; CREPALDI, Maria Aparecida; BOLZE, Simone Dill Azeredo; NEIVA-SILVA, Lucas; DEMENECH, Lauro Miranda. Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). Revista Estudos de Psicologia (Campinas), na Seção Temática: "Contribuições da Psicologia no Contexto da Pandemia da COVID-19". **Preprints**, s. d. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/58/69>. Acesso em: 09 jun. 2021.

SILVA, Hengrid Graciely Nascimento; SANTOS, Luís Eduardo Soares dos; OLIVEIRA, Ana Karla Sousa de. Efeitos da pandemia no novo Coronavírus na saúde mental de indivíduos e coletividades. **J. nurs. Health**, v.10, n. esp., p. e20104007, 2020.

ZAMPARONI, V. Lepra: Doença, isolamento e segregação no contexto colonial em Moçambique. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 24, n. 1, p. 13-39, jan. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702016005000028>.